

ARTIGO

Austeridade no Reino Unido: o fim do estado de bem estar social?

*Austerity in the UK: the end of the welfare state?*¹

Iain FERGUSON²

Abstract: This paper will explore the different rationales – economic, political and ideological - behind the current coalition assault on the welfare state in Britain. Clearly one important driver is the desire to shift the costs of a global crisis of capitalism onto the working-class. To what extent, however, does the rhetoric of debt reduction also mask a more long-term ruling-class objective of rolling back the post-war welfare settlement? And how far can a modern capitalist state, even one in the midst of what the former governor of the Bank of England has described as “the worst crisis at least since the 1930s”, do without some kind of welfare state? Answering these questions involves addressing the role of welfare provision within capitalism.

Key words: Global Crisis. Welfare State. Capitalism. Britain.

Resumo: Este artigo irá explorar as diferentes justificativas - econômicas, políticas e ideológicas - por trás do ataque atual feito pela coalizão sobre o estado social da Grã-Bretanha. Claramente, um dos motivos mais importantes é o desejo de transferir os custos de uma crise global do capitalismo para a classe trabalhadora. Até que ponto, no entanto, a retórica da redução da dívida também mascara um objetivo da classe dominante de longo prazo, objetivo este de reverter o estado social do pós-guerra? E até que ponto um Estado capitalista moderno, mesmo em meio ao que o ex-governador do Banco da Inglaterra descreveu como “a pior crise, pelo menos desde a década de 1930”, pode fazer sem algum tipo de estado social? Responder a essas perguntas envolve abordar o papel dos regimes sociais dentro do capitalismo.

Palavras-chave: Crise Global. Estado Social. Capitalismo. Grã-Bretanha.

Submetido em: 07/10/2013. Aprovado em: 04/11/2013

¹ Traduzido por Sandlei Moraes de Oliveira.

² Formado em Social Work pela University of Stirling (Escócia). PhD pela University of Glasgow (Escócia). É professor de Social Work and Social Policy na University of the West of Scotland (UWS, Reino Unido).

E-mail: <iain.ferguson@uws.ac.uk >.

Há uma cena em *The Spirit of 1945*, documentário de 2013 do diretor Ken Loach (de esquerda) sobre as realizações do Governo Trabalhista da Grã-Bretanha entre 1945-1951, na qual um médico fala sobre visitar uma família pobre onde havia uma criança que estava muito doente com uma tosse seca. Remédios foram administrados, e um médico retornou à casa no dia seguinte para verificar o progresso da criança. Ao pé da escada, o médico pôde ouvir claramente o som de uma criança tossindo violentamente. “Será que o remédio não funcionou, então?”, perguntou à mãe da criança. “Ah, sim, funcionou”, ela respondeu: “mas esse é um dos meus outros filhos e eu não posso pagar por remédios para ele também.” “Você pode agora”, disse o médico.

Era dia 05 de julho de 1948 e o médico pôde fazer essa promessa porque naquele dia um sistema de saúde universal foi introduzido na Grã-Bretanha. Um sistema que não se baseava na capacidade que as pessoas tinham de pagar, e tampouco em contribuições anteriores para a segurança nacional, mas livre para todos no ato do atendimento.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) transformou a vida de milhões de pessoas da classe trabalhadora. No nível mais básico isso significava, por exemplo, que, pela primeira vez, essa classe tinha direito a cuidados de saúde básica, incluindo dentaduras, óculos e receitas médicas gratuitas, sem ter que pagar ou recorrer a instituições de caridade ou charlatões.

O SNS era a peça central de uma série de reformas introduzidas pelo governo trabalhista do pós-guerra sob o comando do primeiro-ministro Clement Attlee, reformas essas que compunham o que se tornou conhecido como o “Estado de bem estar social”. As reformas foram baseadas nas recomendações do Relatório Beveridge de 1942, intitulado em homenagem a seu autor, o funcionário público liberal Sir William Beveridge. No mesmo dia em que o SNS começou a existir, duas outras leis foram aprovadas, leis essas que também melhoraram a vida de pessoas da classe trabalhadora, embora com menor impacto. A Lei Nacional de Seguros introduziu um sistema de seguro estatal que, em troca de contribuições de um montante fixo, trouxe uma série de novos e maiores benefícios, incluindo o auxílio desemprego e doença, subsídios e licença maternidade, pensões e seguro por morte que permitia um funeral básico (abonos familiares, ou o abono de família já havia sido introduzido em 1945). E o objetivo do autodeclarado Ato de Ajuda Nacional era “colocar fim à Lei dos Pobres” que existia, nacionalizando a responsabilidade por pagamentos em dinheiro para aqueles que necessitassem e tirá-los das mãos das Comissões de Assistência Pública, localmente odiados³.

Outras reformas introduzidas pelo governo Attlee incluíam a construção de um milhão de novas casas e a aprovação de um ato que levou à criação de 25 novas cidades, abrigando dois milhões de pessoas. E na área da educação, a Lei da

³ Timmins (1996) fornece uma narrativa completa sobre o caso.

Educação de 1944 (que foi aprovada sob o governo de coalizão de guerra comandado pelo ministro conservador Rab Butler, mas implementada durante o governo Attlee) tornou legal a oferta do ensino médio de forma gratuita para todos e elevou a idade da escolaridade obrigatória para 15 anos.

O conteúdo desses novos serviços e as formas por meio das quais eles foram implementados ficaram, na maioria das vezes, muito aquém das promessas feitas, por razões a serem exploradas a seguir. No entanto, na Grã-Bretanha, em 2013, governada por uma coalizão conservador/liberal-democrata eleita em 2010, no qual o termo “reforma social” é um eufemismo para a privatização, cortes nos serviços e os ataques aos benefícios - o que o escritor marxista Chris Harman (2008) chama de “antirreformas”. É importante ressaltar que muitas das reformas introduzidas pelo governo trabalhista de 1945-1951 eram verdadeiras reformas, no sentido mais básico de que melhoraram substancialmente a vida (e as chances de vida) de milhões de pessoas. Como Cliff e Gluckstein observam na história do Partido Trabalhista, “para além do que os mitos em relação ao governo trabalhista de 1945-51 dizem, não há dúvida de que foi o mais efetivo governo trabalhista de todos eles” (CLIFF; GLUCKSTEIN, 1988, p.218).

Sessenta e cinco anos após a sua fundação, sob um governo de coalizão, cada aspecto do Estado social está sob ataque.

O Ato de Saúde e Assistência Social de 2012 remove o imposto da Secretária de Estado da Saúde para que esta preste um serviço de saúde abrangente; ao mesmo tempo, a exigência na Lei de que até 49 por cento dos serviços possam ser adjudicados a “qualquer fornecedor qualificado” levará rapidamente à privatização do SNS na Inglaterra e no País de Gales. Entre um quarto e metade de todos os serviços comunitários prestados já são geridos pela VirginCare (DAVIS; TALLIS, 2013; GOSLING, 2013).

Desde 2010 existe na assistência social uma combinação de cortes de cerca de 30 por cento nos orçamentos das autoridades locais; critérios de elegibilidade para os serviços cada vez mais restritivos e orçamentos pessoais inadequados deixarão milhões sem o apoio de que precisam e cada vez mais dependentes da família, em particular, os membros da família do sexo feminino (HUMPHRIES, 2013).

E no lugar do que já foi chamada de “previdência social”, há cortes sem precedentes em todas as áreas de benefícios, especialmente nos benefícios por invalidez. A introdução de regimes de sanções, contribuiu para que 500.000 pessoas fossem forçadas a usar os bancos de alimentos (food banks), e um imposto de quartos⁴ recentemente introduzido afetará cerca de 600.000 pessoas que vivem em habitações sociais com “muitos quartos”,

⁴ NT - Aprovado em 2013, o bedroom tax representa um impacto sobre famílias que possuem quarto(s) vago(s) em suas casas que podem ter reduzidos os benefícios em torno de 14%. Esta redução no atual contexto de crise econômica é grande.

aumentando o número de crianças que vivem em situação de pobreza em 200.000 (BUTLER; GENTLEMAN, 2013), minando as famílias, forçando dezenas de milhares de pessoas a mudar-se para outras áreas do país ou o serem expulsas. Tudo isso tem sido sustentado por uma força brutal e ideológica contra as pessoas que recebem os benefícios, e isso tem contribuído para um aumento significativo dos níveis de crime de ódio, aumento das taxas de depressão e ansiedade e um aumento na taxa de suicídio entre aqueles que recebem algum benefício.

Este artigo irá explorar as diferentes justificativas - econômicas, políticas e ideológicas - por trás do ataque atual feito pela coalizão sobre o Estado social da Grã-Bretanha. Claramente, um dos motivos mais importantes é o desejo de transferir os custos de uma crise global do capitalismo para a classe trabalhadora. Até que ponto, no entanto, a retórica da redução da dívida também mascara um objetivo da classe dominante de longo prazo, objetivo este de reverter o Estado social do pós-guerra? E até que ponto um Estado capitalista moderno, mesmo em meio ao que o ex-diretor do Banco da Inglaterra descreveu como “[...] a pior crise, pelo menos desde a década de 1930” (KING, 2011), pode fazer sem algum tipo de Estado social? Responder a essas perguntas envolve abordar o papel dos regimes sociais dentro do capitalismo, assunto da próxima seção deste artigo.

Avaliar o passado, presente e futuro do Estado social do pós-guerra, no entanto, também é importante por outro motivo.

O surgimento de Syriza na Grécia levou a um redespertar do interesse de toda a Europa na possibilidade de criar formações eleitorais de esquerda e governos de esquerda, que podem representar uma alternativa à austeridade e ao neoliberalismo. Esse interesse tem-se refletido na Grã-Bretanha em uma cheia Assembleia do Povo (um encontro de ativistas e sindicalistas), em 2013, e também em uma nova Unidade de Projetos da Esquerda, iniciada pelo próprio diretor Ken Loach⁵. O renascimento do que têm sido descrito como as ideias e estratégias dos ‘reformistas de esquerda’ (no sentido de abordagens que querem a mudança radical, mas que evitam ou rejeitam a distinção histórica entre reforma e revolução), aparece após duas décadas nas quais partidos social-democratas de todo o mundo foram apanhados nas garras do neoliberalismo (BLACKLEDGE, 2013). Ele também traz perigos, no entanto.

The Spirit of 1945, de Loach, por exemplo, enquanto documentário poderoso e comovedor, apresenta um retrato acrítico, em grande escala, de um governo social-democrata, que, ao lado de suas realizações consideráveis, também enviou tropas em 18 ocasiões diferentes para quebrar greves, deixou os ex-patrões estatais a cargo de indústrias recém-nacionalizadas, e recolocou encargos odontológicos e prescritivos em 1951 (CLIFF; GLUCKSTEIN, 1988, chapter 11). Como os críticos marxistas do governo John Saville e Ralph Miliband argumentam (SAVILLE, 1957-1958; MILIBAND,

⁵ See <<http://lefttunity.org/>>.

1972), quaisquer que sejam suas realizações, até mesmo o governo operou de forma muito clara no quadro do capitalismo e não hesitou em colocar as necessidades do capital antes daquelas da classe trabalhadora. Há perigos que podem ser vistos claramente, então, tanto no excesso de exaltação das realizações de tais governos quanto na minimização das pressões que enfrentarão a capitular às pressões do capitalismo global. Essas questões serão exploradas mais adiante neste artigo. Antes disso, no entanto, é necessário olhar mais de perto o papel contraditório do Estado social dentro do capitalismo.

Capitalismo e Estado Social

Tendo em conta que a essência do sistema capitalista é, na expressão de Marx, a acumulação pela acumulação, o motivo (MARX, 1976, p. 742) pelo qual se extrai o máximo de valor excedente possível de trabalhadores, pode-se perguntar por que os capitalistas se preocupam em gastar qualquer valor que seja com o social. E a resposta simples e correta é que onde eles têm escolha, não o fazem. Considere estes dois depoimentos sobre trabalho infantil:

Crianças de nove e dez anos são arrastadas de suas camas imundas às duas, três, quatro horas da manhã e obrigadas a trabalhar para a subsistência até os dez, onze ou doze anos, à noite; os membros desgastados, seus corpos diminuem, seus rostos empalidecendo, e sua humanidade absolutamente afundando em um torpor de pétreo, absolutamente horrível de contemplar (MARX, 1976, p. 353).

[As crianças traficadas] vieram do distante Liangshan em Sichuan e a maioria delas ainda não tinha 16. Os superintendentes procuraram e as recrutaram de famílias na pobreza, prometendo-lhes altos salários, alguns eram até mesmo sequestrados e expulsos em lotes para Dongguan e, de lá, distribuídos pelo caminhão de fábricas em todo o Delta do Rio das Pérolas. Em solo desconhecido, essas crianças muitas vezes eram repreendidas e espancadas e tinham apenas uma refeição adequada algumas vezes por semana. Algumas meninas eram estupradas. Dia após dia, eles trabalham arduamente. Algumas crianças pensam em fugir, mas a estrada está bloqueada. Os superintendentes ameaçam-nos e os advertem de que, se eles tentarem fugir, haverá um preço a pagar (HSIAO-HUNG PAI, 2012, p. 52).

O primeiro é um relato contemporâneo, citado por Marx, feito por um magistrado local das condições na indústria de rendas em Nottingham, na Inglaterra, em 1861; a segunda de um estudo recente das condições de vida dos migrantes rurais na China, descritos no título do livro como “areia espalhada”.

O que os dois exemplos mostram é que onde há uma oferta abundante de força de trabalho, o que Marx chamou de uma superpopulação relativa (MARX, 1976, p. 782-798); como nos primórdios da revolução industrial na Grã-Bretanha assim como na China atual, então, o problema de como preservar e reproduzir o trabalho não é uma preocupação central para os capitalistas ou para o Estado. Não é surpreendente, então, que para os 200 milhões de trabalhadores migrantes chineses que deixaram suas casas em busca de trabalho nas cidades não haja provisão de

bem-estar, incluindo a prestação de cuidados de saúde. Da mesma forma que seja uma tragédia indescritível para as famílias e amigos dos mais de 1100 trabalhadores de vestuário em um colapso de construção da fábrica em Dhaka, Bangladesh em abril de 2013, sendo a maioria deles mulheres com salários de subsistência, o fato é de pouca importância, a não ser pelas preocupações sobre a publicidade negativa, para empresas como a Primark⁶, para quem eles estavam produzindo roupas baratas, simplesmente porque há trabalhadores muito mais desesperados que vão tomar seus lugares (BANGLADESH, 2013).

Todavia, quando a oferta de trabalho é menos abundante, ou quando o trabalho se torna mais especializado e, consequentemente, mais caro, não faz sentido econômico que os trabalhadores fiquem parados por lesão ou invalidez, ou que sejam submetidos a um trabalho que os exponham ao risco de morte.

É uma questão explorada por Marx em sua discussão sobre a duração da jornada de trabalho no primeiro volume de *O Capital*. Idealmente, diz ele, os proprietários ingleses de moinhos prefeririam que os seus trabalhadores trabalhassem por 24 horas:

Tempo para educação, para desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais de convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais. ... O capital não pergunta pela duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é úni-

ca e exclusivamente o máximo de força de trabalho que, num dia de trabalho, pode ser feito fluir. Atinge este objetivo por encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso alcança um maior rendimento do solo por roubo da fertilidade da terra (MARX, 1976, p.375-376).

No entanto, ter trabalhadores, incluindo crianças pequenas, que trabalham 14 ou 16 horas por dia é muito desperdício em longo prazo - como Marx argumenta, é como se fosse uma sobre-exploração do solo. Dado, porém, que os capitalistas, individualmente, não vão fazer nada sobre isso por medo de perderem sua vantagem competitiva sobre seus rivais, então o Estado, como representante da classe capitalista como um todo, é forçado a intervir, neste caso, na forma das leis fabris de 1830 e 1840, que estabelecem um tempo máximo para o dia de trabalho. Anne Rogers (1993, p. 29) resume isso da seguinte forma:

A discussão entre os usineiros e o resto da classe dominante na década de 1840 foi a primeira versão de um dilema que a classe dominante tem enfrentado desde então. O sistema como um todo precisa gastar dinheiro para obter lucros, mas cada capitalista quer gastar o menos possível. Este dilema não pode ser resolvido e ele aparece constantemente em diferentes subterfúgios.

Revelações recentes dos esforços que as empresas gigantes como Amazon, Google e Starbucks fazem a fim de evitar o pagamento de impostos no Reino Unido mostram como esse dilema é, ainda hoje, uma constante (AMAZON..., 2013).

Assim, a primeira razão que faz com que o Estado social seja necessário é garantir a

⁶NT - Loja popular de departamentos no Reino Unido.

reprodução da força de trabalho em nível que permita que os capitalistas possam competir. E isso não se aplica apenas à competição econômica, mas também a competição militar - as reformas sociais introduzidas na Grã-Bretanha pelos governos liberais de 1906-1914, por exemplo, que incluíam refeições escolares gratuitas, subsídio de desemprego e pensões por idade foram o resultado da descoberta de que um terço de todos os homens britânicos que se ofereceram como voluntários para lutar na Guerra dos Bôeres em 1900 eram fisicamente inaptos para o serviço militar (ROGERS, 1993, p. 11-12).⁷

Uma segunda razão para os gastos sociais é moldar a força de trabalho para atender às necessidades de capital. O ato de alteração da Lei dos Pobres de 1834, por exemplo, foi uma das primeiras medidas que visaram incutir a disciplina do trabalho na nova classe trabalhadora. O princípio fundamental da Lei dos pobres - o princípio da menor elegibilidade - visava disciplinar a classe operária, garantindo que a alternativa ao trabalho - a instituição conhecida como a Casa de Trabalho, ou Casa do Pobre - fosse tão terrível que os trabalhadores aceitariam qualquer emprego em quaisquer condições. Como um dos autores da Lei do Pobre, Sir George Nicholls, disse, "Eu gostaria que a Casa do Pobre fosse vista com medo pelas classes trabalhadoras, e a censura por ser dependente da mesma deve estender-

⁷ Rogers (1993, p. 11-12). A recente, e totalmente atípica, promoção de refeições escolares gratuitas universais pelo Secretário de Educação Michael Gove é melhor entendida como um exemplo dessa mesma preocupação.

se de pai para filho... Pois, sem isso, onde está o estímulo à indústria?" (O'BRIEN, 2000, p. 26).

Da mesma forma, o filósofo Jeremy Bentham, que desenvolveu o conceito de "menor elegibilidade", segundo o qual o alívio do pobre deve estar sempre definido num nível de renda abaixo do dos pobres pagos, argumentou que "[...] apenas a tarifa mais barata deve ser dada para a casa: uma tarifa ampla pode ser dada apenas se 'não tornar a condição dos pobres onerosos mais desejável do que a do pobre que se sustenta'" (O'BRIEN, 2000, p. 27).

Essa necessidade de moldar a força de trabalho molda até mesmo as formas positivas de bem-estar que são fornecidas. A introdução na Grã-Bretanha de educação em massa, em 1870, por exemplo, pode ser vista como um ganho para a classe trabalhadora: ela produziu trabalhadores alfabetizados que tiveram acesso à grande literatura e ideias, inclusive ideias socialistas. Foi também, no entanto, uma forma de incutir valores de respeito e obediência das crianças da classe trabalhadora aos seus senhores.

Mas, se as ações sociais são impulsionadas pela necessidade de capital e para a garantia de reprodução da força de trabalho, além de moldar a classe trabalhadora para atender às necessidades do capital, um terceiro fator também é de grande importância - a pressão sobre a classe dominante que está debaixo, acima de tudo, da luta de homens e mulheres da classe trabalhadora, estes que lutam para

obter uma vida melhor para si e suas famílias, ou muitas vezes, simplesmente para sobreviver. Essa luta, que tomou uma miríade de formas na Grã-Bretanha ao longo dos últimos duzentos anos, tanto em nível local quanto nacional, é também a luta por uma jornada de trabalho mais curta na década de 1840, a luta em greves de aluguel durante a Primeira Guerra Mundial – fato que obrigou o governo a fazer uma legislação com restrição para aluguéis, que permaneceu vigente por mais de 30 anos. Essas batalhas duram desde então e até hoje – e uma luta contra o fechamento de hospitais e centros de dia para adultos com dificuldades de aprendizagem (MOONEY; LAVALLETTE, 2000).

Como Marx nota em relação ao primeiro destes movimentos: “O estabelecimento de um dia de trabalho normal é o resultado de séculos de luta entre o capitalista e o operário” (MARX, 1976, p. 412).

Sem essas lutas e as reformas não haveria progresso social, mesmo que muitas dessas tenham, nos últimos anos, também envolvido um desafio ideológico à maneira negativa e degradante em que grupos, incluindo pessoas com deficiência, são construídos (SLORACH, 2011). O papel fundamental que tais lutas desempenham na construção da classe trabalhadora são a autoconfiança e a auto-organização, e é por isso que Rosa Luxemburgo insistiu que os revolucionários devem ser os melhores lutadores para reformas (LUXEMBURG, 1999).

Ao mesmo tempo, o que esses ganhos também destacam é a natureza contraditória das reformas sob o capitalismo. Porque, assim como os representantes de mais visão da classe dominante sempre reconheceram, a reforma social, se feita de forma limitada, também pode desempenhar um papel fundamental no descontentamento social, e isso desencadeia na prevenção de um desafio revolucionário muito mais profundo com a ordem existente (HARVEY, 2010, p. 158). Como o membro do parlamento conservador Quentin Hogg (mais tarde um ministro, durante o governo de Margaret Thatcher, entre 1979-1983) argumentou em um debate sobre a proteção social em 1943, “Devemos dar-lhes a reforma ou eles vão nos dar a revolução”.⁸ Grande parte do mesmo ponto de vista havia sido observada há mais de meio século antes por outro líder conservador chamado Joseph Chamberlain, quando ele fez a pergunta “que resgate pagaremos pelo preço da segurança?” (SAVILLE, 1957-1958, p. 14). O “resgate”, argumentou, seria uma versão inicial do Estado social, na forma de municipalização dos serviços.

Do ponto de vista da classe dominante, então, as ações sociais podem desempenhar um papel importante na estabilização do sistema, especialmente durante períodos de intensa luta de classes. Mesmo assim, no entanto, tais reformas nunca foram admitidas de bom grado. Como o historiador marxista John Saville observa,

⁸ Hansard (17 Feb. 1943).

As reformas, sejam grandes ou pequenas, sempre se opuseram por alguma seção ou grupo dentro da classe dominante, e é raro que qualquer reforma seja feita sem modificação nos interesses da classe proprietária ou dentro de um curto período de tempo... Quando confrontados com um desafio que desestabilize sua posição privilegiada, a classe dominante na Grã-Bretanha sempre recuou (SAVILLE, 1957-1958, p. 10).

E em períodos como o atual, quando o sistema está em crise profunda e o nível da luta de classes está em um nível baixo, essa classe vai partir para a ofensiva para recuperar tudo o que cedeu nas reformas que sofreu em períodos anteriores.

O Estado social do pós-guerra

O estado social que surgiu na Grã-Bretanha após o final da Segunda Guerra Mundial foi um enorme ganho para a classe trabalhadora em dois aspectos principais. Materialmente, ele previu pela primeira vez a extensão de um conjunto de prestações de serviços de segurança social a toda a população. Estes incluíram o aumento da idade que figura abandono escolar, o estabelecimento de um serviço de saúde abrangente, pensões de reforma e auxílios familiares. Sejam quais foram suas limitações, estas foram as reais reformas. Mas o estado social também trouxe ganhos em um segundo sentido, ainda que contraditórios. Porque o fato de as reformas terem sido introduzidas na Grã-Bretanha sob um governo trabalhista, que havia sido eleito com uma maioria enorme que apontava a derrota do fascismo, isso significava que a classe trabalhadora sentiu um verdadeiro sentido de posse pelas reformas. Elas eram o

produto de suas lutas, e, portanto, eles tinham direito a esses novos serviços (uma visão que tem apoio respeitável na noção de “direitos sociais” apresentada por um dos principais teóricos do estado social) (MARSHALL, 2006).

A esse respeito, como argumentam Cliff e Gluckstein, o resultado foi um fortalecimento da consciência reformista dentro da classe trabalhadora. A consciência reformista é uma faca de dois gumes; negativamente, significa que os trabalhadores pensam que podem melhorar as suas vidas sem a necessidade de derrubar o capitalismo; positivamente, no entanto, significa que os trabalhadores acreditam que não só a reforma é possível, mas que eles têm o direito de gozarem dos frutos dessas reformas: “Muitos dos os ganhos de 1945-1951 não se devem aos esforços trabalhistas, o período plantou na classe trabalhadora a ideia de que os trabalhadores tinham direito a um emprego, o direito à moradia digna e à saúde. Era dever da sociedade proporcionar-lhes esses direitos” (CLIFF; GLUCKSTEIN, 1988, p. 254). Essa ideia de estado social como um direito continua representando problemas reais para o governo de coalizão e isso será discutido mais adiante neste artigo.

Além disso, em um sentido muito real, o estado social era um produto da luta de classes que mudou o equilíbrio de forças na Grã-Bretanha. Por enquanto é verdade que o nível de ataque na Grã-Bretanha no período imediato ao pós-guerra foi muito menor do que tinha sido no final da Primeira Guerra Mundial; os diferentes tipos de pressão das camadas populares, no

entanto, foram de fundamental importância na formação do novo estado social. Estes incluíram a percepção de que a Segunda Guerra Mundial foi uma “Guerra do Povo” contra o fascismo (GLUCKSTEIN, 2012), a determinação generalizada de que não devia haver retorno à pobreza e as auditorias (que confirmavam se as pessoas podiam participar de programas de auxílio financeiro do governo) que eram feitas em 1930, e uma série de motins no exército no fim da guerra, que trouxe de volta memórias para a classe dominante do ano 1919, quando a Grã-Bretanha estava mais perto de revolução que do que esteve durante todo o século XX (GLUCKSTEIN, 2012; ROSENBERG, 1995).

A organização *Mass Observation*, por exemplo, descobriu que já em agosto de 1942, uma em cada três pessoas havia mudado suas opiniões políticas, se tornando esmagadoramente esquerdistas (TIMMINS, 1996, p. 37). Foi uma mudança de consciência que se refletiu na recepção extasiada dada ao Relatório Beveridge (o modelo para o estado social), quando foi publicado em 1942, com mais de 600.000 cópias vendidas (TIMMINS, 1996, p. 23).

Sessenta e cinco anos após a sua fundação, o SNS, em particular, continua a ocupar um lugar muito especial dentro da consciência da classe trabalhadora britânica, refletido, por exemplo, em sua descrição como um componente-chave do “anglicismo” na cerimônia de abertura das Olimpíadas de 2012 em Londres, con-

cebida por outro diretor de cinema, Danny Boyle.

Em face do ataque mais amplo que já aconteceu ao estado social desde a sua fundação, defender os ganhos ideológicos e materiais do período pós-guerra é sem dúvida uma tarefa fundamental não só para a esquerda, mas para todos os envolvidos na prestação de serviços de assistência social.

Dito isto, é importante também reconhecer as limitações do estado social criado no governo trabalhista de 1945-1951 e da extensão real do desafio que este impôs as estruturas do capitalismo, deixado de lado o envolvimento da realização do socialismo. Porque, se a criação do estado social pode justificadamente ser vista como a representação do ponto alto da democracia parlamentar britânica, ela também destaca vividamente suas fraquezas e limitações.

Essas fraquezas e limitações foram convincentemente identificadas em um artigo escrito por John Saville menos de dez anos após a criação do SNS. Ao identificar a relação do Estado Social na realização do socialismo como “um problema central das políticas de trabalho contemporâneas”, Saville desafiou os argumentos daqueles que argumentaram que a criação do estado social (ao lado da “revolução gerencial” e o pleno emprego) significou o fim do capitalismo. Contra isso, Saville argumentou que, embora a luta da classe trabalhadora tenha sido um fator-chave na criação do estado social, dois outros fatores também foram impor-

tantes, seriam eles as exigências do capitalismo industrial (“e, em particular, a necessidade de uma força de trabalho altamente produtiva”) e também o preço que a classe dominante estava preparada para pagar pela segurança política (SAVILLE, 1957-1958). Subestimar esses dois fatores, segundo ele, seria “aceitar a ilusão de que as mudanças têm maior importância do que realmente têm, assim como descaracterizar o caráter essencial do capitalismo contemporâneo” (SAVILLE, 1957-1958, p. 6).

Em relação ao primeiro ponto, Saville destacou “[...] a relativa facilidade com que a legislação social foi aprovada depois de 1945, em grande parte porque as propostas representavam um mínimo que os conservadores já tinham aceitado em princípio” (SAVILLE, 1957-1958, p. 16). Em termos semelhantes, a história tradicional mais influente do estado social refere-se a sua introdução como “[...] uma revolução muito britânica [...]”, com o deputado conservador Quentin Hogg descrevendo o Relatório Beveridge como “[...] um documento relativamente Conservador” (TIMMINS, 1996, p. 47). Isso refletiu numa crescente aceitação do estado social pelas camadas mais progressistas da classe dominante, sobre a necessidade de envolvimento do Estado na economia e na sociedade. Em parte, esse reconhecimento resultou do fracasso das políticas econômicas neoclássicas na Grande Depressão dos anos 1930, em parte com a experiência de *New Deal* de Roosevelt nos EUA, de regulação estatal da economia britânica durante a guerra (incluindo o racionamento) e da crescente

popularidade do keynesianismo como uma teoria econômica de ambos os principais partidos.

Em segundo lugar, Saville argumentou, longe do estado social ser um produto único do socialismo britânico, a necessidade do capitalismo avançado para o social se reflete no fato de que muitos outros estados ocidentais tinham desenvolvido semelhantes estados sociais no período pós-guerra, muitas vezes com auxílio mais generoso do que na Grã-Bretanha:

Se a Grã-Bretanha fosse comparada com os países da Europa Ocidental... As técnicas e a estrutura essencial dos sistemas de segurança social seriam consideradas comparáveis em toda sua importância

Saville não contestou o papel central da luta de classes na formação de auxílio social. Pelo contrário, ele argumentou que,

Em última instância, o fator determinante para a evolução do estado social será o grau de organização, e a determinação em insistir na mudança, por parte dos próprios trabalhadores (SAVILLE, 1957-1958, p. 9).

Sua preocupação, no entanto, estava em destacar a natureza contraditória do estado social, incluindo também benefício que classe dominante teve com ele, e para desafiar a ideia de que o estado social pode ser equiparado com a conquista do socialismo.

Durante grande parte da década de 1950 e 1960, o argumento não pareceu ter grande importância. Enquanto o sistema estava se expandindo e os padrões de

vida em ascensão, como fizeram no *Long Boom* entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1970, então era possível que os governos da maioria dos países capitalistas avançados (incluindo o Japão) não só mantivessem muitas destas reformas, mas que também as estendessem independentemente se governos socialdemocratas ou conservadores estavam no poder (GOULD, 1993). No entanto, como Chris Harman observou,

[...] uma vez que a dinâmica ascendência do crescimento começou a enfraquecer, os custos do estado social se tornaram um problema crucial. As duas funções - de aumentar a produtividade e de comprar consentimento - já não eram complementares. O capital teve que tentar reduzir o custo de manutenção e aumentar a produtividade, mesmo que isso perturbasse seus mecanismos antigos de manutenção do controle sobre a classe trabalhadora (HARMAN, 1984, p. 107).

Assim, os primeiros ataques sérios ao estado social na Grã-Bretanha não vieram em 2008, e nem mesmo com a eleição de Margaret Thatcher em 1979, mas vários anos antes, com a eleição do governo trabalhista de 1974. O partido trabalhista assumiu o cargo após a re-emergência de uma crise econômica mundial ocorrida no ano anterior e que resultou em altos níveis de desemprego e inflação galopante. Apesar de ter sido eleito após uma greve de mineiros que derrubou o governo conservador de Edward Heath, a primeira prioridade do novo governo foi o de restaurar a saúde do capitalismo. Em resposta à pressão do Fundo Monetário Internacional, o governo impôs cortes sem precedentes sobre o gasto público, o que Ni-

colas Timmins identifica como “[...] a primeira grande fissura no estado social da Grã-Bretanha” (TIMMINS, 1996, p. 315). Para citar Cliff e Gluckstein,

Em 1976-1978 os níveis de gastos públicos foram reduzidos em incríveis 9,5 por cento em termos reais sobre a inflação. Nenhuma área social estava a salvo. Dezenas de hospitais foram fechados e escolas, casas e estradas sofreram com o ato. Nada do que Thatcher fez depois se equiparava com a carnificina causada pelo governo trabalhista de 1977 (CLIFF; GLUCKSTEIN, 1988, p. 325-326).

Como Peter Riddell, o editor de política do jornal *Financial Times* comentou alguns anos mais tarde, “se houve um experimento de Thatcher, ele foi lançado por Denis Healey [ministro das Finanças no governo de 1974-1979 do partido trabalhista]” (CLIFF; GLUCKSTEIN, 1988, p. 322). Estes permaneceram como sendo os cortes mais graves para estado social até que houve os cortes do governo de coalizão em 2010.

Juntamente com as políticas de contenção salarial, que resultaram na maior queda que o século já teve nos padrões de vida, esses ataques ao estado social sendo feitos por um governo trabalhista produziu profunda amargura e desmoralização da classe operária, e pavimentou, assim, o caminho para o retorno dos conservadores sob Thatcher. Deve-se notar, no entanto que estas não foram as primeiras ocasiões em que o partido trabalhista colocou as prioridades do capitalismo acima das necessidades de saúde e de assistência social de pessoas da classe trabalhadora. Já em 1951, o então governo trabalhista

tinha reintroduzido taxas de prescrição e para dentaduras e óculos, a fim de ajudar a financiar a Guerra da Coréia. Como comenta Timmins, “dentro de três anos de seu nascimento, o serviço de saúde deixou de existir de forma totalmente abrangente e livre” (TIMMINS, 1996, p. 158).

Thatcher, neoliberalismo e estado social

Ao contrário da crença popular, o desmantelamento do estado social não era uma prioridade fundamental para Margaret Thatcher após sua eleição em 1979 (TIMMINS, 1996, p. 372). Havia três razões para isso. Primeiro, ela tinha peixes maiores para fritar, que eram os sindicatos. Em segundo lugar, com as pesquisas da agência *British Social Attitudes* (atitudes sociais britânicas) mostrando altos níveis de apoio popular para o Estado social e, sobretudo, o SNS durante todo seu mandato, ir contra isso levaria diretamente a riscos eleitorais enormes. Em terceiro lugar, ao contrário dos mitos do "thatcherismo" como uma ideologia coerente cultivada por alguns da esquerda na década de 1980, Thatcher não tinha ideia clara sobre o que fazer com o estado social.

Foi só então no seu terceiro mandato, em 1987, que Thatcher e seus assessores (nomeadamente o Chefe do Executivo da Sainsbury Sir Roy Griffiths) começaram a desenvolver as ideias que seriam desenvolvidas depois pelo Novo Partido Trabalhista de Tony Blair - o Estado como comprador ao invés de provedor de serviços, a terceirização e privatização dos

serviços de saúde e assistência social, a introdução da concorrência e uma ética de negócios em serviços públicos na forma de gerencialismo e da Nova Gestão Pública, e a reformulação dos pacientes como clientes.

Como Chris Harman argumentou, o objetivo dessas mudanças foi tanto político quanto econômico:

A extração de mais-valia competitiva exige a continuação de parte do estado social. As realidades políticas de manutenção do poder através de regra da democracia burguesa desmantelam o restante. Este é o lugar aonde os mercados internos, testes de mercado, a terceirização, privatização, o incentivo de pensões privadas e todo o resto vêm. Eles são mecanismos que se destinam a despolitizar o processo de previdência social, por um lado, para torná-lo mais fácil de recusar para aqueles considerados como não merecedores dele, e por outro, para reprimir os trabalhadores do setor de previdência (HARMAN, 2007, p. 116).

Seria tolice subestimar as mudanças que mais de duas décadas de neoliberalismo trouxeram ao estado social britânico. Aqui vou focar apenas no exemplo da assistência social⁹.

Áreas como as de cuidados médicos residenciais são agora predominantemente feitos pelo setor privado, um estudo que sugere que “[...] a privatização dos serviços de assistência social é sem dúvida a mais extensa das terceirizações de um serviço público que já foram realizadas no Reino Unido” (GOSLING, 2011, p. 8).

⁹ Esta sessão é inteiramente retirada de Ferguson e Lavalette (2013).

Em contraste, no entanto, a pretensões neoliberais para o aumento da escolha e do controle, a introdução da concorrência em assistência social residencial resultou na dominação do mercado de um pequeno número de muito poderosas corporações multinacionais (incluindo, por exemplo, a *Royal Bank of Scotland* e o Fundo de Investimento do Qatar) cujas principais preocupações não concernem o bem-estar dos moradores nas casas que eles possuem, mas sim a maximização de seus lucros. Quando eles não conseguem obtê-los de maneira suficiente ou quando existem lucros maiores que podem ser alcançados em outros lugares, então eles simplesmente saem, criando uma enorme instabilidade no setor e prejudicando a continuidade dos serviços, que são um elemento-chave da assistência social de boa qualidade. O colapso em 2011, da *Southern Cross*, até então a maior provedora de cuidados residenciais para os idosos no Reino Unido em 2011, é simplesmente o exemplo mais gritante disso (SOUTHERN..., 2011).

O aumento do papel do setor privado na assistência social também não resultou na melhoria da qualidade do atendimento que havia sido prometida. Uma investigação do *Financial Times* em 2011 mostrou que a qualidade do atendimento de um em cada sete centros de cuidados privada na Inglaterra foi classificado como “pobre” ou “adequado” pelo órgão regulador do governo. A baixa aceitação indica problemas potencialmente graves, como uma falha na alimentação ou na limpeza de doentes que precisam do atendimento. Por outro lado, os baixos índices se apli-

cam apenas em uma em cada onze centros geridos por organizações sem fins lucrativos ou autarquias. O relatório cita um inspetor do organismo regulador da Comissão de qualidade de cuidados, que quis manter o anonimato, dizendo: “Fundamentalmente, agora chegou a um ponto em que é perigoso [para os pacientes] - e vai piorar. Se eu tivesse um parente que precisasse de um serviço de atendimento, eu estaria preocupado” (O’CONNOR; O’MURCHU, 2011)”.

Um inquérito realizado pela Comissão para a Igualdade e Direitos Humanos (EHRC) a respeito dos direitos humanos das pessoas idosas que recebem cuidados em casa expressou preocupação semelhante. Enquanto cerca de metade das pessoas mais velhas, amigos e membros da família que deram provas ao inquérito disseram estar satisfeitos com os cuidados que vêm recebendo, o inquérito também revelou muitos exemplos de violação dos direitos dos mais velhos, incluindo o abuso físico ou financeiro, a desconsideração de sua privacidade e dignidade, falta de auxílio para comer ou beber, tratamentos que os tornava invisíveis, e pouca atenção às suas necessidades. Alguns ficaram surpresos ao saber que podiam falar sobre como haviam sido maltratados (EQUALITY AND HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2011).

Ao passo que os trabalhadores do setor de cuidados sociais tenham historicamente sempre estado em condições precárias e recebendo uma remuneração baixa, a introdução da concorrência ao longo dos últimos vinte anos em assistência social

levou-os a uma “corrida para o fundo do poço” (CUNNINGHAM, 2008). A remuneração, condições e formação dos funcionários deste setor sem dúvida, se deterioraram, e a investigação do *FT* mostra que o setor privado paga salários mais baixos, em média, do que os setores públicos e sem fins lucrativos, além de ter taxas de rotatividade de pessoal mais elevadas.

Um aspecto desta - e um tema que se repete ao longo do Relatório EHRC - é a quantidade muito limitada de tempo que os cuidadores têm permissão para gastar com seus clientes. O relatório cita um exemplo da filha de uma idosa com a doença de Huntington, que descreveu as graves consequências de sua mãe não ter recebido ajuda para comer ou beber (os autores do relatório defendem que isso pode ser chamado de tratamento desumano e degradante na aceção do artigo 3º da EHRC):

Os prestadores de cuidados deveriam alimentar e dar bebidas, mas simplesmente deixou de lado uma pessoa que estava fisicamente incapaz de alimentar-se, porque tinham que ir para o seu próximo cliente. Minha mãe perdeu 7 quilos. Alguém com doença de Huntington precisa de uma hora por refeição para engolir a comida e a bebida, e um cuidado especial quando tudo cai fora de sua boca, e eles ficam muito úmidos e sujos. Eles também precisam de 4.000 calorias por dia para manter o peso corporal devido aos movimentos de coreia que constantemente gastam sua energia” Filha de mulher idosa, sul da Inglaterra (EQUALITY AND HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2011, p. 45).

Esta não foi, no entanto, uma questão que se tratasse de funcionários indiferentes. O relatório cita vários cuidadores que partilhavam da frustração dos seus clientes dada a falta de tempo ao qual eles tinham sido autorizados para realizar suas tarefas de assistência. Por um lado: “O menos satisfatório é não ter tempo suficiente, você tenta não apressá-los [os idosos] (ou tenta fazer com que eles não saibam que você não tem tempo suficiente), mas você está ciente de que o seu próximo cliente está olhando para o relógio e esperando por você para chegar’ funcionário de atendimento em domicílio - provedor setor de voluntariado, South West” (EQUALITY AND HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2011, p. 72).

2008 e depois – o fim do estado social?

Mesmo antes do início da crise financeira de 2008, então, grande parte do estado social já havia sido transformada pela aplicação de políticas neoliberais em ambos os governos conservador e trabalhista. O período desde a eleição do Governo de coalizão Con-Dem em 2010, no entanto, viu o ataque mais grave sobre o estado social desde a sua fundação, a começar pelo feito pelo chanceler George Osborne na *Revisão de gastos* de 2010 (YEATES et al, 2011; LAPAVITSAS, 2012). A revisão cortou £ 80 bilhões de gastos do setor público, £ 18 bilhões dos quais vieram de gastos sociais. Em junho de 2013, mais £ 11.5 bilhões foram cortados, incluindo £ 2.6 dos orçamentos das autoridades locais.

Houve três elementos principais para que este ataque ao estado social acontecesse. Em primeiro lugar, há os cortes nos serviços municipalizados. Em contraste com o SNS, onde, em sua maior parte, os serviços foram prestados gratuitamente quando necessários (e financiados através de impostos em geral), os serviços de assistência social são prestadas para pessoas que não podem pagar, já auditadas, e de maneira discricionária. Confrontados com os cortes da coalizão de 33 por cento ao longo de um período de 3 anos e pelo aumento da demanda, além do número de pessoas que enfrentam cortes em benefícios, do envelhecimento da população e de outros fatores, a resposta dos conselhos de todo o Reino Unido tem sido o racionamento dos serviços através de cada vez mais apertados critérios de elegibilidade (geralmente invocando critérios “substanciais” ou “críticos”). O resultado é que muitas pessoas que antes teriam recebido um serviço agora são simplesmente recusadas ou são direcionadas para organizações do setor voluntário, como *Citizens Advice Bureaux* ou bancos de alimentos.

Além disso, a mudança para personalização ou apoio autodirigido, uma política com origens progressistas no movimento de ações para os portadores de deficiências e que visa dar a essas pessoas uma maior escolha e controle sobre os serviços, está sendo usada por muitos conselhos como um pretexto para o corte de serviços e para dar às pessoas subsídios individuais que muitas vezes não lhes permite pagar nem mesmo pelos serviços de centro de dia dos quais eles faziam uso

anteriormente (FERGUSON; LAVALETTE, 2013).

Depois, há os ataques aos benefícios sociais. No topo das alterações anteriores a benefícios por incapacidade, o mês de abril 2013 viu a introdução de um “imposto de quarto”, que forçou milhares de pessoas a pagar um extra de £ 60-80 por mês apenas para permanecer em suas casas, simplesmente por elas terem um quarto ‘extra’. O imposto afeta as pessoas que vivem em habitação social cujos filhos cresceram e se mudaram, os casais que compartilham o cuidado de seus filhos separados e, acima de tudo, as pessoas com deficiência que necessitam de quartos especialmente adaptados. Além disso, houve cortes de benefícios fiscais do conselho, um limite para a quantidade total de benefícios que um requerente pode receber, independentemente de suas circunstâncias, bem como a introdução de Crédito Universal, que irá substituir uma série de outros benefícios (DUNK, 2013). Enquanto o governo afirma que ninguém vai perder, uma avaliação de impacto revelou que 2,8 milhões de pessoas vão receber menos do que recebe atualmente, depois que o Crédito Universal for lançado nacionalmente em outubro de 2013 (RAMESH, 2012). Em junho, Osborne impôs um limite total da despesa em benefícios, além de impedir que os trabalhadores desempregados reivindiquem qualquer benefício na primeira semana de desemprego.

Finalmente, há um aumento da privatização. A privatização do SNS, tornada possível pelo ato da Saúde e Assistência So-

cial de 2012, representa a ameaça mais imediata (DAVIS; TALLIS, 2013), mas o objetivo do Programa de Serviços Públicos Aberto da Coalizão é abrir todos os serviços públicos (exceto o sistema judicial e os serviços de segurança) à concorrência de “qualquer fornecedor qualificado”; a terceirização serviços, em outras palavras, se tornará a posição padrão (OPEN..., 2011).

Tomados em conjunto, o que estes ataques mostram é que a Coalizão está realmente explorando a crise para promover mudanças que teriam sido mais difícil em tempos “normais” para, nas palavras de Charlie Kimber “[...] inserir ainda mais o mercado na sociedade, aumentar a privatização, enfraquecer a força coletiva dos trabalhadores e colocar o estado social a serviço de capital, ao invés de cumprir qualquer uma das necessidades da maioria” (KIMBER, 2011).

Mas até onde esses ataques podem ir? É objetivo geral dos conservadores desmantelar o estado social completamente? E se assim for, pode um Estado capitalista moderno realmente sobreviver e competir sem uma força de trabalho qualificada e saudável e um nível relativamente elevado de proteção social? Para o ex-ministro da Saúde do Trabalho, terminar com o Estado social é precisamente o objetivo dos conservadores. O ataque atual ao estado social, Michael Meacher argumentou, representa a realização de um sonho de longa data do Thatcherismo de direita do Partido Conservador:

[...] o *crash* financeiro de 2008-09 deu a eles a chance que estavam esperando durante 70 anos para encerrar a nossa pós-guerra social-democrática e substituí-la pelo seu objetivo final: um estado de mercado. Osborne deve saber, bem como qualquer pessoa, que a sua política é completamente falha; a única razão racional para a qual ele persista em sua política deve ser sua intenção de reduzir o Estado e minimizar ou eliminar a rede de segurança social, e essa tarefa ainda não está terminada ¹⁰.

O argumento de que a coalizão está muito interessada na eliminação do Estado social do pós-guerra está aberta a duas objeções principais. Em primeiro lugar, subestima as enormes dificuldades, tanto econômicas quanto políticas, que os conservadores enfrentam no corte de programas sociais. Os gastos com o SNS sob a coalizão, por exemplo, embora não envolvendo os aumentos de décadas anteriores de 4 por cento anuais, manteve-se constante (teve até mesmo um ligeiro aumento com a *Revisão de gastos* de Osborne's..., (2013). Segundo o altamente respeitado Instituto de Estudos Fiscais (IFS):

Mesmo que o orçamento dos serviços de saúde tenha sido congelado depois de 2014/15, em 2017/18 ele ainda representaria uma parcela da renda nacional semelhante à de 2007/08 (CRAWFORD; EMMERSON, 2012).

De modo mais geral e, mais uma vez de acordo com as IFS, saúde, cuidados de longa duração e de segurança social foram responsáveis por um terço de todo o gasto público em 1978-79. Agora, eles são responsáveis por metade dos gastos. Adi-

¹⁰ Carta ao *Guardian*, 31 May 2013.

cione a educação e o Estado social “central” - educação, juntamente com saúde, segurança social e assistência social - é responsável por cerca de dois terços dos gastos públicos a partir da metade do final da década de 1970 (CRAWFORD; JOHNSON, 2011). Os cortes de Osborne são realmente draconianos, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes que estes possam significar o fim do Estado social.

Em segundo lugar, o argumento de Meacher ignora o alto grau de continuidade entre as reformas do estado social da coalizão e as que aconteceram nos governos trabalhistas anteriores. A promoção do setor privado no SNS, o dogma de que “o trabalho é o caminho para sair da pobreza” e a introdução de *workfare*¹¹ (e sua terceirização para empresas como a Serco e G4S), o ataque a benefícios por incapacidade (incluindo a odiada Avaliação da capacidade de trabalho) foram todas as medidas introduzidas no âmbito do governo de Tony Blair e Gordon Brown. E, como resposta à *Revisão de gastos* de Osborne de 2013, o chanceler Ed Balls do Partido Trabalhista, para mostrou que é essa a continuidade que agora se estende para o compromisso de manter quase todos os cortes em serviços e benefícios impostos por Cameron e Osborne (FERGUSON, 2013). O novo governo trabalhista, então, lançou as bases para o ataque à atual coalizão por meio do estado social; enquanto isso, sua incapacidade em oferecer uma alternativa coerente com

¹¹ Oposto ao estado social, que oferece bem-estar como direito constitucional, o *workfare* oferece bem-estar como direito trabalhista.

a austeridade é uma das principais razões para que Cameron e Osborne estejam tendo facilidade para manter suas políticas.

O que é verdade, porém, é que os conservadores estão de fato buscando alterar aspectos fundamentais o estado social para reverter elementos-chave, ideológicos e estruturais, do acordo pós-guerra.

Em primeiro lugar, há a agressão ideológica. Como observado anteriormente, o estado social do pós-guerra implantou na cabeça de milhões de pessoas da classe trabalhadora que eles tinham o direito à habitação, à saúde, à educação - em outras palavras, que eles valiam a pena. É essa convicção que David Cameron está tentando minar quando argumenta contra o que ele chamou de “cultura de direitos”, soletrada em um discurso em 2012:

Criamos de certa forma, uma lacuna social no país - entre aqueles que vivem em longo prazo recebendo auxílio e os que estão fora dele. Aqueles dentro dela crescem com uma série de expectativas: você pode ter uma casa própria, o estado irá apoiar qualquer que sejam as decisões que você tome; você sempre será capaz de retirar, não importa o que você investiu. Isso me deu indícios ruins. Aquele que pagam para não trabalhar. Que você está deve algo por nada. A previdência deu-nos milhões de pessoas em idade de trabalhar e que sentadas em casa em benefícios, mesmo antes da recessão. Criou-se uma cultura de direitos (SPENCER, 2012).

Não há, é claro, nenhuma base em nada disso. A alegação do governo, por exemplo, de que a maioria dos problemas sociais da Grã-Bretanha decorre do comportamento de 120.000 famílias “problemáticas” foi exposta pela líder da política so-

cial acadêmica Ruth Levitas como “[...] a formulação de políticas de anedota, mais parecidas com o jornalismo sensacionalista do que com investigação séria”, que funde um pequeno número de famílias disfuncionais com números muito maiores que são simplesmente pobres (LEVITAS, 2012). Em segundo lugar, longe de pessoas que vivem de benefícios que não querem trabalhar, o “trabalhador pobre”, aqueles que trabalham, mas recebem benefícios porque o seu salário é muito baixo, já ultrapassa o número daqueles que estão desempregados (ALDRIDGE et al, 2012).

E em terceiro lugar, o fato de que apenas 5,3 por cento das pessoas em benefício por incapacidade foram ajudadas a arrumar emprego durante pelo menos seis meses de programa de trabalho do governo durante seu segundo ano de operação (bem abaixo da marca referência de desempenho mínimo do governo de 16,5 por cento) mostra que a questão é falta de emprego, não falta de vontade de trabalhar. Nada disso, é claro, impede que o governo e a mídia de direita demonizem aqueles em benefício. E se Cameron e Osborne ganharem a discussão, e essa noção de um direito a previdência for perdida, em seguida, a Grã-Bretanha se voltará para a ética da Lei dos Pobres dos que merecem e dos que são indignos, de instituições de caridade, servilismo e bancos de alimentação (já utilizados por meio milhão de pessoas).

Essa mesma mentalidade da Lei dos Pobres também é evidente nas mudanças estruturais para a proteção social. Como

Harman argumentou, a história da previdência ao longo dos últimos 180 anos tem sido:

A história das tentativas para separar a disposição do que é necessário para o capital, da mesma forma que os pagamentos salariais são e aquilo que é desnecessário, mas forçado sobre ele por sua necessidade de conter o descontentamento popular (HARMAN, 2009, p. 138).

Como ele passa a explicar, em períodos de crise, a necessidade de os Estados reestruturarem suas operações para que estas estejam de acordo com a lei do valor significativa,

[...] tentar impor esquemas de mensuração do trabalho e de pagamento sobre os trabalhadores do setor de previdência semelhantes àquelas dentro das empresas industriais mais competitivas. Por outro lado, significa cortes em prestações de serviços sociais, de modo a restringi-los tanto quanto possível para servirem como força de trabalho que é necessária para a acumulação de capital - e fazê-lo de tal maneira que aqueles que fornecem esta força de trabalho estarão preparados para fazê-lo pelos salários que são oferecidos (HARMAN, 2009, p. 137-138).

Aplicando esta análise para a situação atual, o objetivo mais abrangente da estratégia de coalizão - restaurar a rentabilidade do capitalismo britânico - deve ser alcançado através da redução dos custos de previdência através da remoção de serviços e benefícios, obrigando os doentes e deficientes a aceitarem trabalhos mal pagos ou empregos inexistentes (mesmo quando os números da workfare mostram que não faz sentido econômico em fazer isso); e usar os custos da força de

trabalho através da criação de um clima de medo, o que significa que os trabalhadores estarão preparados para aceitar cortes nos salários e péssimas condições a fim de permanecerem no emprego. Este é o equivalente da Lei dos Pobres “de estímulo à indústria” do século 19 no século 21. O fato de que desde 2010 os trabalhadores britânicos vêm sofrendo uma queda sem precedentes em seus salários de em média de 5,5 por cento por hora, a quarta pior queda em 27 países europeus, mostra que essa é uma estratégia que está claramente desfrutando de algum sucesso (UK WAGES..., 2013).

Conclusão

O Estado social do pós-guerra na Grã-Bretanha e em outros países europeus foi um enorme ganho para a classe trabalhadora. Com todas as suas limitações, ele forneceu-lhes um grau de segurança do qual eles nunca haviam desfrutado e removeu grande parte do medo, que seu arquiteto William Beveridge chamava de “os cinco gigantes” da “Necessidade, Doença, Ignorância, Imundice e Ociosidade”. Não surpreende, portanto, defender esses ganhos, incluindo as noções de coletivismo e universalismo, num momento em que eles estão sob ataque como nunca antes, é visto como uma prioridade-chave para muitas pessoas, e não só os da esquerda política. Mas a história sugere que, se eles quiserem defender esses ganhos com sucesso, então existem três principais lições que devem ser aprendidas.

Em primeiro lugar, o estado social sob o capitalismo é sempre provisório. Como

Saville argumentou há quase 60 anos atrás, “As reformas, sejam grandes ou pequenas, sempre se opuseram por alguma seção ou grupo dentro da classe dominante, e é raro que qualquer reforma seja feita sem modificação nos interesses da classe proprietária ou dentro de um curto período de tempo” (SAVILLE, 1957-1958, p. 10). Enquanto o sistema está em expansão reformas podem ser concedidas; quando, no entanto, o sistema estiver em crise, então a classe dominante vai fazer o possível para recuperar tudo o que cedeu nas reformas que sofreu em períodos anteriores.

Em segundo lugar, o compromisso dos partidos socialdemocratas para trabalhar dentro da estrutura do capitalismo significa que não se pode confiar que esses partidos defendam o Estado social. Isto é tão verdadeiro para o Velho Partido Trabalhista como para o Novo, para a Esquerda, bem como Direita, a democracia Nórdico-social, e o Trabalhista britânico. Ao não defender a previdência, o líder trabalhista Ed Miliband e o chanceler Ed Balls fizeram parte de uma longa e (des) honrosa tradição. Já em 1948, Sir Stafford Cripps, um chanceler do Trabalho que veio da esquerda do Partido e que tinha sido expulso nos anos de 1030 pela liderança de direita disse ao TUC: “Há apenas um determinado tamanho de bolo. Se um monte de gente quer uma fatia maior do que pode, só pode obtê-lo se estiver com os outros” (BASKETTER, 2007). Ele, então, apresentou um orçamento de austeridade que mudou a tributação do imposto de renda para o precursor do IVA, que atinge os trabalhadores e os pobres.

Nem o “modelo nórdico” oferece um caminho a seguir. Como um recente artigo sobre a Suécia observou,

Quando se trata de privatização dos serviços públicos, Estocolmo sai na frente de Westminster. É por isso que Michael Gove adora sua escola livre e sistema de vales, e por que George Osborne gosta de ser fotografado ao lado de seu colega sueco Anders Borg. *The Economist*... recentemente escreveu: “As ruas de Estocolmo estão inundadas com o sangue de vacas sagradas” (CHAKRABORTTY, 2013).

Finalmente, mesmo no seu melhor, o estado social não pode fazer mais do que oferecer proteção contra os estragos de um sistema baseado na exploração, proteção e guerra. Revendo a experiência do novo Estado social, em 1957, John Saville argumentou que “[...] a relação entre o estado social e a realização do socialismo é um problema central das políticas de trabalho contemporâneas”. Da mesma forma, hoje, nossos horizontes precisam estender para além da experiência, seja o Governo Trabalhista de 1945-1951 ou da socialdemocracia escandinava. E para entender essa relação entre o estado social e o socialismo nós poderíamos fazer pior do que olhar para o poema de Bertolt Brecht ‘Uma cama para a noite’, escrito na década de 1930 em um momento em que, como hoje, o capitalismo global estava em crise, a extrema-direita estava em ascensão e as pessoas estavam com medo do futuro de si mesmos e o de suas famílias.

A bed for the night

I hear that in New York

At the corner of 26th Street and Broadway

A man stands every evening during the winter months

And gets beds for the homeless there

By appealing to passers-by.

It won't change the world

It won't improve relations among men

It will not shorten the age of exploitation

But a few men have a bed for the night

For a night the wind is kept from them

The snow meant for them falls on the roadway.

Don't put down the book on reading this, man.

A few people have a bed for the night

For a night the wind is kept from them

The snow meant for them falls on the roadway

But it won't change the world

It won't improve relations among men

It will not shorten the age of exploitation.

Bertold Brecht

Referências

ALDRIDGE, H. et al. **Monitoring poverty and social exclusion 2012**. Bristol: Joseph Rowntree Foundation, 2012.

AMAZON under fire over corporation tax avoidance. **Huffington Post**, 16 May 2013. Available: <http://www.huffingtonpost.co.uk/2013/05/16/amazon-under-fire-over-corporation-tax-avoidance_n_3284236.html>.

BASKETTER, Simon. [Review of] KYNASTON, D. *Austerity Britain, 1945-1951*. **Socialist Review**, Jun. 2007. Available: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=10002>>.

BANGLADESH collapse: thousands hold prayers for victims. **BBC News Asia**, 14 May 2013. Available: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-22526786>>.

BLACKLEDGE, Paul. Left reformism, the state and the problem of socialist politics today. **International Socialism**, n. 139, 4 Jul. 2013 (Summer). Available: <<http://www.isj.org.uk/index.php4?id=903&issue=139>>.

BUTLER, P.; GENTLEMAN, A. Benefit cuts putting 200,000 children in poverty must be stopped, experts say. **The Guardian**, 27 Mar. 2013. Available: <<http://www.theguardian.com/society/2013/mar/27/benefit-cuts-poverty-stopped-experts>>.

CHAKRABORTTY, A. Swedish riots: if instability can happen here, what might unfold elsewhere? **Guardian**, 27 May 2013. Available: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/may/27/swedish-riots-inequality-stockholm>>.

CLIFF, Tony; GLUCKSTEIN, Donny. *The Labour Party: a Marxist History*. London: Bookmarks, 1988.

CRAWFORD, R.; EMMERSON, C. NHS Spending: a decade of difficulty? **Public Finance**, 4 Jul. 2012. Available: <<http://opinion.publicfinance.co.uk/2012/07/nhs-spending-a-decade-of-difficulty/>>.

CRAWFORD, R.; JOHNSON, P. Tough choices to make as welfare, health and care bills rise. **IFS Press Release**, Aug.

2011. Available: <<http://www.ifs.org.uk/publications/5651>>.

CROUCH, Colin. **The Strange Non-Death of Neoliberalism**. Polity, 2011.

CUNNINGHAM, Ian. A race to the bottom? exploring variations in employment conditions in the voluntary sector. **Public Administration**, v. 86, n. 4, p. 1033-1053, Dec. 2008. Available: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2008.00752.x>>.

DAVIS, Jacky; TALLIS, Raymond (Eds.). **NHS SOS**. London: OneWorld, 2013.

DUNK, Mark. April will be the cruellest month. **Socialist Review**, Jan. 2013. Available: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=12186>>.

EQUALITY AND HUMAN RIGHTS COMMISSION. 2011. **Close to Home**: an inquiry into older people and human rights in home care. EHRC, 2011.

FERGUSON, Iain. Labour's surrender to austerity. **Socialist Review**, Jul. 2013. Available: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=12352>>.

FERGUSON, Iain; LAVALETTE, Michael (Eds.). **The Crisis in Adult Social Care**. Bristol: Policy Press, 2013.

GLUCKSTEIN, Donnie. **A People's History of the Second World War**: resistance versus empire. London: Pluto Press, 2012.

GOSLING, Jeni. Privatising the NHS. **International Socialism**, n. 139, 5 Jul. 2013.

Available: <<http://www.isj.org.uk/index.php4?id=905&issue=139>>.

Gosling, Paul. **The Rise of the 'Public Services Industry'**. London: UNISON, 2011. Available: <<http://www.insidehousing.co.uk/Journals/1/Files/2011/6/8/UNISON%20-%20The%20rise%20of%20the%20%E2%80%9Cpublic%20services%20industry%E2%80%9D.doc>>.

GOULD, Arthur. **Capitalist Welfare Systems: a comparison of Japan, Britain and Sweden**, London: Longman, 1993.

HARMAN, Chris. **Explaining the crisis: a Marxist re-appraisal**. London: Boomarks, 1984.

HARMAN, Chris. Theorising neoliberalism. **International Socialism**, n. 117, 18 Dec. 2007 (Winter). Available: <<http://www.isj.org.uk/?id=399>>.

HARMAN, Chris. **Zombie Capitalism: global crisis and the relevance of Marx**. London: Bookmarks, 2009.

HARVEY, David. **A Companion to Marx's Capital**. London: Verso, 2010.

HSIAO-HUNG Pai. **Scattered Sand: the Story of China's Rural Migrants**. London: Verso, 2012.

HUMPHRIES, Richard. **Beyond Dilnot: the need for Wider Reform**. London: The King's Fund, 2013. Available: <<http://www.kingsfund.org.uk/publications/paying-social-care>>.

KIMBER, Charlie. The welfare stakes. **Socialist Review**, Apr. 2011. Available: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=11618>>.

KING, Mervyn. Fears UK Is In 'Worst Ever' Economic Crisis. Interviewed by Ed Conway. **Sky News**, 7 Oct. 2011. Available: <<http://news.sky.com/story/889634/fears-uk-is-in-worst-ever-economic-crisis>>.

LAPAVITSAS, Costas et al. **Crisis in the Eurozone**. London: Verso, 2012.

MOONEY, Gerry; LAVALETTE, Michael (Eds.). **Class Struggle and Social Welfare**. Oxon: Routledge, 2000.

LEVITAS, Ruth. **There may be "trouble" ahead: what we know about these 120,000 "troubled families**. Swindon (UK): ESRC, 2012. (Policy Response Series, n. 3). Available: <[http://www.poverty.ac.uk/system/files/WP%20Policy%20Response%20No.3-%20'Trouble'%20ahead%20\(Levitas%20Final%2021April2012\).pdf](http://www.poverty.ac.uk/system/files/WP%20Policy%20Response%20No.3-%20'Trouble'%20ahead%20(Levitas%20Final%2021April2012).pdf)>.

LUXEMBURG, Rosa. **Reform or Revolution (1900)**. Rosa Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 1999. Available: <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/>>.

MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: PIERSON, Christopher; FRANCIS, G. Castles (Eds.). **The Welfare State Reader**. 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

MARX, Karl. *Capital Volume 1*. London: Penguin, 1976.

MILIBAND, Ralph. **Parliamentary Socialism: a Study in the Politics of Labour**. 2nd ed. The London: Merlin Press, 1972.

O'BRIEN, Mark. Class struggle and the English Poor Laws. In: MOONEY, Gerry; LAVALETTE, Michael (Eds.). **Class Struggle and Social Welfare**. Oxon: Routledge, 2000.

O'CONNOR, Sarah; O'MURCHU, Cynthia. Britain's private care faces crisis. **Financial Times**, 30 May 2011. Available: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/307bbd3e-8af5-11e0-b2f1-00144feab49a.html#axzz2uUPazDEp>>.

OPEN Public Services White Paper: a response from the TUC. TUC, 2011. Available: <<http://www.tuc.org.uk/economy/tuc-20175-f0.pdf>>.

OSBORNE'S Spending Review: winners and losers at a glance. **The Guardian**, 26 Jun. 2013. Available: <<http://www.theguardian.com/politics/2013/jun/26/osborne-s-spending-review-winners-and-losers-at-a-glance>>.

RAMESH, Randeep. Universal credit: government admits 800,000 more households stand to lose. **The Guardian**, 11 Dec. 2012. Available: <<http://www.theguardian.com/society/2012/dec/11/universal-credit-more-families-lose-out>>.

ROGERS, Anne. Back to the Workhouse? **International Socialism**, n. 59, 1993 (Summer).

ROSENBERG, Chanie. **1919: Britain on the Brink of Revolution**. London: Bookmarks, 1995.

SAVILLE, John. The Welfare State: a historical approach (Winter 1957). **The New Reasoner**, n. 3, p. 5-25, 1957-1958 (Winter). Available:

<<http://www.marxists.org/archive/saville/1957/xx/welfare.htm>>.

SLORACH, Roddy. Marxism and Disability. **International Socialism**, n. 129, 4 Jan. 2011 (Winter). Available: <<http://www.isj.org.uk/?id=702>>.

SOUTHERN Cross set to shut down and stop running homes. **BBC News**, 11 July 2011. Available: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-14102750k>>.

SPENCER, Peter. PM: we must end the 'culture of entitlement'. **Sky News**, 25 Jun. 2012. Available: <<http://news.sky.com/story/952248/pm-we-must-end-culture-of-entitlement>>.

TIMMINS, Nicholas. **The five giants: a biography of the Welfare State**. London: Fontana Press, 1996.

UK WAGES fall amongst sharpest in EU. **The Guardian**, 11 Aug. 2013. Available: <<http://www.theguardian.com/money/2013/aug/11/uk-wages-fall-sharpest-eu>>.

YEATES, N. et al. (Eds.). **In Defence of Welfare: the Impact of the Spending Cuts**. Social Policy Association, 2011.